



CADERNO OPINIÃO

O MERCADO BRASILEIRO DE COMBUSTÍVEIS

autor: José Lima de Andrade Neto
fevereiro.2017

SOBRE A FGV ENERGIA

A FGV Energia é o centro de estudos dedicado à área de energia da Fundação Getúlio Vargas, criado com o objetivo de posicionar a FGV como protagonista na pesquisa e discussão sobre política pública em energia no país. O centro busca formular estudos, políticas e diretrizes de energia, e estabelecer parcerias para auxiliar empresas e governo nas tomadas de decisão.

DIRETOR

Carlos Otavio de Vasconcellos Quintella

SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Luiz Roberto Bezerra

GERENTE ADMINISTRATIVA

Simone C. Lecques de Magalhães

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E P&D

Felipe Gonçalves

PESQUISADORES

Bruno Moreno Rodrigo de Freitas

Fernanda Delgado

Larissa de Oliveira Resende

Mariana Weiss de Abreu

Renata Hamilton de Ruiz

Tamar Roitman

Tatiana de Fátima Bruce da Silva

Vinicius Neves Motta

CONSULTORES SENIORES ASSOCIADOS

Cynthia Silveira

Goret Pereira Paulo

Ieda Gomes - Gás

Milas Evangelista de Souza – Biocombustíveis

Nelson Narciso - Petróleo e Gás

Otavio Mielnik

Paulo César Fernandes da Cunha - Setor Elétrico

ESTAGIÁRIAS

Júlia Febraro F. G. da Silva

Raquel Dias de Oliveira



OPINIÃO

O MERCADO BRASILEIRO DE COMBUSTÍVEIS

Por José Lima de Andrade Neto
Consultor

O momento é de mudanças no mercado brasileiro de Combustíveis. Quarto maior mercado do mundo, com grande dispersão geográfica, logística complexa, locais de difícil acesso, mais de 40.000 postos de combustíveis, mais de 180 Distribuidoras (sendo a grande maioria de distribuidoras regionais), empregando em toda cadeia aproximadamente meio milhão de pessoas e movimentando anualmente cifras superiores a R\$ 400 bilhões. Como em todo momento de mudanças, os atuais atores e possíveis novos entrantes avaliam oportunidades e, obviamente, riscos que decorrem deste cenário.

Ao longo da história e, a partir de 1998, sob a coordenação da Agência Nacional de Petróleo, os diversos atores (a Petrobras exercendo um papel fundamental) foram competentes para encontrar soluções para abastecer o mercado e se ajustar às modificações que foram sendo introduzidas, como a entrada dos biocombustíveis (etanol hidratado, etanol anidro e biodiesel) na matriz energética, na

convivência de diesel com diversas especificações e no fornecimento de Arla - que é um reagente utilizado para reduzir as emissões de óxidos de nitrogênio nos veículos a diesel atualmente vendidos no país, que utilizam a tecnologia de redução catalítica seletiva (SCR, no original em inglês).

São exemplos de ações aparentemente simples, mas que ganham enorme complexidade quando considerados a extensão geográfica do país, a distância entre produção e mercados (nos derivados de petróleo e nos biocombustíveis), a localização dos portos vis-à-vis os mercados, os períodos de navegabilidade de rios na região Norte, produção de etanol condicionada às condições climáticas e preço internacional do açúcar, etc.

Até alguns anos o mercado brasileiro vinha tendo crescimento significativo quando analisado frente a dois parâmetros distintos: o consumo mundial e o PIB brasileiro. De 2011 a 2014 o mercado cresceu 19 %, enquanto o crescimento do consumo mundial de óleo foi de 3,5 % e tendo o PIB brasileiro crescido menos de 6 % no mesmo período. Vários fatores contribuíram para esse crescimento, mas o que é relevante destacar, para a análise em curso, é que ele se deu principalmente nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Mercados que têm duas características em comum: são importadores de outras regiões, do país ou do exterior, e apresentam dificuldades logísticas para seu atendimento.

O processo recessivo que o País sofreu nos últimos anos afetou o mercado, fazendo o consumo nacional de 2016 retroceder aos níveis de 2011. A quebra daquela tendência de crescimento evitou que os gargalos logísticos se tornassem sérios entraves ao pleno atendimento desses mercados, que trariam desafios para os diversos atores econômicos (aí incluídas as distribuidoras e revendedores, além da Petrobras e dos produtores de etanol), para o governo, para a Agência Nacional de Petróleo (ANP), que é, por lei, a responsável por disciplinar o abastecimento nacional, e, principalmente, para os consumidores desses mercados: pessoas físicas, indústrias, transportadores, etc.

Em síntese, a queda de consumo deslocou a curva de crescimento para a frente, dando oportunidade ao Brasil de se preparar melhor (leia-se investimentos, principalmente em logística) para atender esses mercados. É claro que uma variável fundamental é o comportamento que terá o mercado no próximo ciclo de crescimento do PIB brasileiro. Se comportará com a mesma elasticidade que teve no passado recente? É quase certo que não, mas é sabido que o mercado brasileiro tem potencial (baseado em vários indicadores comparativos com outros países) para continuar crescendo acima da média mundial. Outra questão relevante é o papel que os biocombustíveis desempenharão no futuro da matriz energética brasileira pois, além de impactar a demanda por derivados de petróleo, tem efeito sobre a estrutura logística necessária.

Tendo esse contexto como pano de fundo, a posição política do governo de incentivar os investimentos privados e, principalmente, o reposicionamento estratégico da Petrobras geram as oportunidades de investimento dos atuais *players* privados e de eventuais novos entrantes.

A Petrobras mantém a visão de empresa de petróleo integrada, mas deixa claro que pretende ter sócios no *downstream*, a exemplo do que já faz no *upstream*, chamando o setor privado para uma atuação mais intensa nos investimentos em logística e na responsabilidade sobre o abastecimento nacional, que foi um ônus para a Petrobras no passado recente.

A dinâmica de um mercado com essas características é diferente da dinâmica atual e tem como preceito o fato que os atores se mobilizarão pela racionalidade econômica e, para isso é fundamental que os preços tenham um alinhamento com os preços internacionais. Lembrando que foi esse o principal motivo inibidor de investimentos em *downstream* no passado. A lógica é que se a responsabilidade for dos atores do mercado, e não apenas da Petrobras, isso acontecerá com preços alinhados aos preços internacionais, o que se reverte em proteção para a própria Petrobras.

Em um mercado dessa dimensão, com o potencial de crescimento, com os desafios e, portanto, oportunidades logísticas, é claro que existem investidores interessados. Mas, para que esses investimentos se concretizem, algumas premissas são fundamentais, sendo as principais a Regulação, assegurando garantias, não de remuneração, mas de um ambiente competitivo, e a, já citada, política de preços de derivados.

No papel, regra geral, a Regulamentação do modelo brasileiro já preconiza uma atuação pautada em um

ambiente competitivo. Resta a discussão de que aperfeiçoamentos e práticas são necessários para que esse ambiente se desenvolva preservando os interesses da sociedade. Em relação aos preços dos derivados a Petrobras já vem atuando, buscando uma prática de preços mais alinhados com os preços internacionais.

É possível, e se os diversos atores se mobilizarem para criar essas condições, bastante provável, que o mercado brasileiro de Combustíveis tenha uma dinâmica bem diferente da atual dentro de alguns anos.



José Lima de Andrade Neto. Consultor, foi presidente Executivo e presidente do Conselho do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras, presidente da Petrobras Distribuidora e Secretário de Petróleo e Gás e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia. Foi Gerente Executivo de RH e de Novos Negócios da Petrobras e presidente da Petroquisa.

Este texto foi extraído do Boletim de Conjuntura do Setor Energético - Fevereiro/2017.

Veja a publicação completa no nosso site: fgvenergia.fgv.br



fgv.br/energia

